DocuSign Envelope ID: 39785416-C38F-4A77-9F50-735C3AF4EABD

Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB

CNPJ : 50.228.097/0001-62

Balanços Patrimoniais Encerrados em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		**29.097.172,49**	**32.788.393,10**
Caixa e Equivalentes de Caixa	12	27.828.033,35	32.038.207,55
Créditos a Receber		126.750,22	163.488,27
Adiantamentos a Funcionários		3.846,40	2.443,23
Estoques		1.122.919,29	582.012,34
Impostos a Recuperar		15.623,23	2.241,71
NÃO CIRCULANTE		**39.656.502,11**	**38.290.929,33**
Realizável a Longo Prazo	08	1.345.874,35	1.345.874,35
Imobilizado	12	37.472.576,95	36.107.303,17
Intangível	13	838.050,81	837.751,81
TOTAL DO ATIVO		**68.753.674,60**	**71.079.322,43**

PASSIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
CIRCULANTE		**1.046.004,24**	**947.875,34**
Fornecedores	10	42.445,16	22.121,36
Obrigações Trabalhistas		617.943,16	637.192,73
Obrigações Previdenciarias/Sociais		384.831,67	280.903,24
Obrigações Tributárias		-	6.878,14
Obrigações Sindicais		784,25	779,87
NÃO CIRCULANTE		**263.665,22**	**266.235,22**
Contingências Fiscais e Trabalhistas	23	263.665,22	266.235,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	24	**67.444.005,14**	**69.865.211,87**
Patrimônio Social		69.865.211,87	70.595.096,79
Déficit do Exercício		(2.421.206,73)	(729.884,92)
TOTAL DO PASSIVO		**68.753.674,60**	**71.079.322,43**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Eventos	Patrimônio Social	Déficit/Superávit do Exercício	Total
Saldo em 31/12/2017	**75.643.240,79**	**(5.048.144,00)**	**70.595.096,79**
Transferência Patrimonial	(5.048.144,00)	5.048.144,00	-
Deficit do Exercício	-	(729.884,92)	(729.884,92)
Saldo em 31/12/2018	**70.595.096,79**	**(729.884,92)**	**69.865.211,87**
Transferência Patrimonial	(729.884,92)	729.884,92	-
Deficit do Exercício	-	(2.421.206,73)	(2.421.206,73)
Saldo em 31/12/2019	**69.865.211,87**	**(2.421.206,73)**	**67.444.005,14**

Notas Explicativas as Demonstrações Contábeis em 31 de Dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

I - Contexto Operacional: **Nota 01 - A Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** foi fundada em 16 de Junho de 1911 na cidade e Comarca de Itu , Estado de São Paulo. Possui registro no Conselho Nacional de Assistência Social sob o nº. 42.137/54, e é reconhecida como Utilidade Pública Federal pelo Decreto nº. 46.929/59; Utilidade Pública Estadual pelo Decreto nº. 33.378/58 e Utilidade Pública Municipal pela Lei Municipal de Itu nº. 759 de 26/11/1963. A ASSOCIAÇÃO SIPEB tem por finalidade promover ações de relevância social, cultural, educacional e ambiental, com base nos princípios da fraternidade humana e da promoção de uma sociedade mais justa, atuando nas áreas da educação, assistência social, cultura, esporte, lazer, saúde e meio ambiente, conforme disposto em seus objetivos institucionais, desenvolvendo suas atividades em qualquer parte do território nacional. A ASSOCIAÇÃO SIPEB e uma pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativo e filantrópica. Ela desenvolve suas atividades e cumpre suas finalidades estatutárias diretamente ou através de seus Estabelecimentos Mantidos e está organizada conforme a legislação vigente no Brasil. A Associação se inspira e se orienta pelos princípios humanitários e cristãos, pela filosofia e carisma de Unidade da Congregação das Irmãs de São José de Chambéry. II - Apresentação das Demonstrações Contábeis: **Nota 02** - As Demonstrações Financeiras foram elaboradas em conformidade com a Lei nº. 6.404/76 e alterações introduzidas pela Lei nº11.638.07 e 11.941/09 e Lei nº.8.212/91 Decretos nº. 2536/98 e nº. 3.504/00, do Ministério da Previdência Social; Resolução nº. 177/2000 do CNAS, parecer CJ/MPS 3069/03, Lei nº 12.101/09, Decreto 7.237/10 e Resolução nº 1.409 de 29.09.12 do Conselho Federal de Contabilidade que aprovou a ITG 2002- Entidade sem finalidade de lucros. III - Resumo das Principais Práticas Contábeis: As principais políticas contábeis aplicadas em 2019 e 2018 estão apresentadas a seguir: **Nota 03** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência do exercício. **Nota 04** - O caixa e equivalentes de caixa compreendem dinheiro, depósitos bancários e aplicações financeiras que estão registradas pelo valor de aplicação acrescido dos rendimentos incorridos até a data do balanço. **Nota 05 -** O Imobilizado se apresenta pelo custo de aquisição, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995, acrescido de reavaliação dos imóveis efetuada no exercício/2001. As taxas de depreciação, calculadas pelo método linear, sobre valores do ativo imobilizado, para registrar os desgastes dos bens pelo uso e tempo. **Nota 06 -** Os ativos intangíveis incluem direitos de uso de "software" e patentes. **Nota 07 -** Outros Ativos Circulantes e não Circulantes: são apresentados pelo valor líquido de realização. **Nota 08 -** Realizável a Longo Prazo: refere-se a mensalidades a receber em atraso que encontram-se em processo de cobrança judicial. **Nota 09 -** Outros Passivos Circulantes e não Circulantes: são apresentados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data do balanço. **Nota 10 -** Fornecedores: refere-se à contratação de serviços. **Nota 11 -** Caixa e Equivalentes de Caixa:

	2019	2018
Caixa e Bancos	694.127,29	696.682,13
Aplicações Financeiras	27.133.906,06	31.341.525,42
Total	**27.828.033,35**	**32.038.207,55**

Nota 12 - O imobilizado da entidade é composto de bens tangíveis e o registro da depreciação é feito de acordo com as normas contábeis vigentes.

Nomenclatura	31/12/2019	31/12/2018	Taxas
Obras em Andamento	1.262.534,47	-	-
Edifícios	25.034.295,46	25.034.295,46	4%
Terrenos	22.720.000,00	22.720.000,00	-
Móveis e Utensílios	1.609.359,95	1.592.879,74	10%
Instalações	373.891,92	373.891,92	10%
Equipamentos de Informática	2.110.414,98	2.110.414,98	20%
Aparelhos Diversos	541.871,89	526.862,44	10%
Máquinas e Equipamentos	771.381,66	770.597,66	10%
Material Didático	74.744,96	74.744,96	-
Veículos	591.997,37	521.531,72	20%
(-) Depreciação Acumulada	(17.617.915,71)	(17.617.915,71)	
Total	**37.472.576,95**	**36.107.303,17**	

Nota 13 - O intangível é formado pelos bens intangíveis e o registro da amortização é feito de acordo com as normas contábeis vigentes. **Nota 14 -** As Doações recebidas de pessoas físicas e jurídicas referem-se a doações em espécie (moeda nacional) bem como de itens doados como: brinquedos, produtos alimentícios, limpeza e higiene e material pedagógico entre outros que são valorizados através de pesquisa de mercado. **Os Financiamentos de projetos** recebidos se referem ao: - Centro de Educação (SP: Quarto Termo Aditivo ao termo de Cooperação Conjunta nº. 18766/2019 celebrado entre Instituto Lojas Renner para a execução de Projeto ¨Reconstruindo o projeto de vida com refugiados¨ no valor de R$ 33.641,59. - Centro Promocional São José (JAÚ): Termo de Fomento, decorrente do Edital de Chamamento Público nº. 01 SEDS/CONDECA/2016-2017, para a execução do Projeto ¨Esporte Educacional para o Desenvolvimento Social, com emprego de recursos captados pelo Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do adolescente no valor de R$ 49.892,19. A seguir quadro ilustrativo:

Quadro de Doações - 2019 (R$) Unidades	Pessoa Jurídica Especie	Pessoa Jurídica Mercadoria	Pessoa Física Especie	Pessoa Física Mercadoria
Escola Filantrópica Tabor	-	-	3.043,38	-
Colégio Santana	-	31.020,65	-	-
Escola de Enfermagem São José	-	-	-	-
Centro Promocional São José	49.892,19	103.142,05	3.594,35	-
Itu Sede	-	-	21.329,60	-
Casa Repouso	-	-	3.736,00	-
Centro Promocional Nossa Sra. Lourdes	-	85.426,13	-	-
Centro Educação São José	33.741,59	-	100,00	-
Projeto Sócio Educativo	1.800,00	-	2.400,00	-
Centro Promocional Madre Teodora	83.550,00	50.717,78	25.374,00	39.613,54
Escola Filantrópica Irmã Maria Bernadette Leme Monteiro	-	-	4.800,00	-
CSC - Irmã Olga Bettoni	-	-	120,00	-
CSC-Nossa Senhora Patrocinio	-	-	440,00	-
Total	**119.091,59**	**270.306,61**	**65.186,93**	**39.613,54**

Financiamento de Projetos	2019	2018
Instituto Lojas Renner	33.641,59	85.262,95
Fundo Missionário das Irmãs de São José Chambéry	31.125,00	20.000,00
Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONDECA	49.892,19	-
Totais	**114.658,78**	**105.262,95**

Nota 15 - Gratuidade Ofertada: No atendimento ao disposto no inciso VI do artigo 3º do decreto nº. 2.536/98, a Entidade concedeu as seguintes gratuidades:

Associação de Instrução Popular Beneficiência
Quadro Bolsa CEBAS Lei 12101 de 2009
(alterada pela lei 12868 de 2013) Portaria MEC nº 15 de 2017

Itens da Receita	2019	2018
Receita de Anuidade (Receita Operacional)	**20.330.547,97**	**19.371.316,54**
Receita de Anuidade Colégio Santana	4.029.314,31	4.847.444,48
Receita de Anuidade Colégio São José	10.199.754,57	8.785.436,10
Receita de Anuidade Escola de Enfermagem	1.240.367,51	1.551.052,24
Receita de Anuidade Escola Filantrópica Irmã Mª. Bernadette L.Monteiro	3.154.711,58	2.719.714,00
Receita de Anuidade Escola Filantrópica Tabor	1.706.400,00	1.467.669,72
(-) Deduções da Receita Bruta de Educação	**(14.089.996,25)**	**(12.238.433,96)**
Bolsas Integrais Educação Básica (100%) Próprias (CCT)	(736.646,56)	(668.284,86)
Bolsas CEBAS integrais Educação Básica (Lei 12.101/2009)	(5.156.442,36)	(4.289.774,22)
Bolsas CEBAS parciais Educação Básica (Lei 12.101/2009)	(443.312,05)	(586.354,06)
Devolução/cancelamento mensalidades/anuidades	(30.020,05)	(26.399,88)
Outros Descontos Educação Básica (5% a 40% Próprios)	(2.833.956,93)	(2.450.089,35)
Perdas no recebimento (taxas bancárias)	(28.506,72)	(30.147,87)
Receita de anuidade Escola Filantrópica Irmã Mª. Bernadette L.Monteiro	(3.154.711,58)	(2.719.714,00)
Receita de Anuidade Escola Filantrópica Tabor	(1.706.400,00)	(1.467.669,72)
Total	**6.240.551,72**	**7.132.882,58**
Valor referente a 20% da Receita Líquida	**1.248.110,34**	**1.426.576,52**

Nota 16 - Demonstrativo da proporção de Bolsas Ofertadas de Acordo com a Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)Portaria Normativa MEC nº.15 de 2017. O quadro abaixo retrata dados de alunos matriculados e de bolsas de estudo concedidas em 2019.

Educação Básica	Quantidade	Valores
Número de alunos matriculados	1.580	R$ 20.330.547,97
Bolsas CEBAS integrais Ed. Básica Lei nº 12.101/2009	629	R$ 5.156.442,36
Bolsas integrais para alunos com deficiência	0	-
Bolsas integrais e em tempo integral	0	-
Outros tipos de bolsas integrais (Convenção Coletiva)	46	R$ 736.646,56
Bolsas CEBAS parciais 50% Ed.Básica Lei nº 12.101/2009	60	R$ 443.312,05
Outros tipos de bolsas parciais próprias	0	-
Benefícios (especificar o tipo)	0	-

Gratuidade ofertada

Número de Bolsas CEBAS integrais oferecidas para além da exigência legal	478
Número de Bolsas CEBAS integrais (previsão legal de acordo com a Lei nº 12.101, de 2009: para cada 5 alunos pagantes, 01 bolsa integral)	181
Total de bolsas CEBAS integrais ofertadas	659

Nota 17 - A calculadora abaixo retrata o cálculo da gratuidade ofertada em 2019.

Lei 12.101 de 2009 (alterada pela Lei 12.868 de 2013)
Portaria Normativa MEC nº 15 de 2017

		Educação Básica
Total de alunos matriculados (a)		**1.580**
Alunos bolsa integral (Lei 12.101/2009)	Io	629
Alunos bolsa integral e com deficiência (Lei 12.101/2009)	Id	0
Alunos bolsa integral e em tempo integral (Lei 12.101/2009)	It	0
Alunos bolsa integral (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ipro	0
Alunos bolsa integral (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ipg	0
Número total de alunos com bolsa integral (Lei 12.101/2009)	**I**	**629**
Outras bolsas integrais (b)	46	
Alunos matriculados em cursos que não sejam de graduação ou sequencial de formação específica regulares (c)	0	
Alunos inadimplentes (d)	0	
Alunos Pagantes: (a) - (b) - (c)	**N**	**1.534**
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	Po	60
Alunos bolsa parcial de 50% (Lei 11.096/2005 - PROUNI)	Ppro	0
Alunos bolsa parcial de 50% (Pós-graduação strictu sensu) (Lei 12.101/2009)	Ppg	0
Número total de alunos com bolsa parcial de 50% (Lei 12.101/2009)	**P**	**60**
Número total de bolsas integrais equivalentes	**B**	**659**
Outras bolsas parciais	0	
Cálculo dos benefícios complementares		
Montante dos custos realizados pela entidade com os benefícios complementares	Vbc	R$0,00
Receita Bruta anual de Mensalidades	M	R$20.330.547,97
Total de alunos matriculados excluindo-se os inadimplentes	A	1.580
Valor de referência utilizado para conversão dos beneficios complementares	Vr	R$12.867,44
Bolsas integrais convertidas em benefícios complementares	0	
Limite de benefícios complementares (até 25% do máximo de bolsas integrais)	220	
Número de benefícios complementares utilizado no cálculo	**Bc**	**0**
Verificação do atendimento das proporções de bolsas de estudo	**Art. 13**	
Quantidade mínima de bolsas 1/5 (Educação Superior sem PROUNI 1/4)		**Atendido**
Quantidade mínima de bolsas 1/9		**Atendido**

Demonstrações de Resultados dos Superávits e Déficits dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2019	2018
(Educação+ outras+ Assist. Social)	**28.134.447,61**	**28.220.329,24**
Receita Bruta Serviços Educacionais	**24.481.386,99**	**25.235.423,96**
Educação Básica	**20.330.547,97**	**19.371.316,54**
Anuidade de Alunos Pagantes	11.101.663,30	11.320.266,30
Bolsas CEBAS integral Educ. Básica (100%) Lei 12.101/09	5.156.442,36	4.289.774,22
Bolsas CEBAS parcial Educ. Básica (50%) Lei 12.101/09	443.312,05	586.354,06
Bolsas de Estudo integrais Educ. Básica (100%) Próprias (CCT)	736.646,56	668.284,86
Outros Descontos Incondicionais	2.892.483,70	2.506.637,10
Outras Receitas Educacionais	**2.617.138,27**	**4.357.902,31**
Receitas de Serviços	1.123.621,45	3.172.659,77
Outras Receitas	696.468,20	560.532,11
Receita de Aluguéis	736.294,99	576.431,64
Donativos	60.753,63	48.278,79
Imunidade usufruída	**1.533.700,75**	**1.506.205,11**
Imunidade usufruída	1.533.700,75	1.506.205,11
Deduções da Receita Bruta de Educação	**(10.762.585,42)**	**(9.557.255,35)**
Bolsas de estudos concedidas Educação Básica Lei 12.101	**(5.599.754,41)**	**(4.876.128,28)**
Bolsas CEBAS integral Educ. Básica (100%) Lei 12.101/09	(5.156.442,36)	(4.289.774,22)
Bolsas CEBAS parcial Educ. Básica (50%) Lei 12.101/09	(443.312,05)	(586.354,06)
Bolsas de Estudo integrais Educ.Básica (100%) Próprias (CCT)	(736.646,56)	(668.284,86)
Outros Descontos Incondicionais	(2.833.956,93)	(2.450.089,35)
Devolução de Mensalidades/anuidades	(30.020,05)	(26.399,88)
Perdas Taxas Bancárias	(28.506,72)	(30.147,87)
Imunidade usufruida	(1.533.700,75)	(1.506.205,11)
Receita Líquida Educação (Rec. Bruta Educ. (-) Deduções Rec.)	**13.718.801,57**	**15.678.168,61**
Custo do Serviço Educacional	**(15.851.732,13)**	**(15.659.785,58)**
Pessoal	(9.496.773,21)	(8.970.475,05)
Encargos sociais e trabalhistas	(1.237.898,12)	(948.886,06)
Tributarias (impostos e taxas)	(61.091,69)	(65.317,88)
Administrativos	(4.395.280,86)	(5.150.084,20)
Material Didático	(660.688,25)	(525.022,39)
RESULTADO COM EDUCAÇÃO	**(2.132.930,56)**	**18.383,03**
Receita Bruta de Serviços Tipificados	**1.545.093,80**	**1.393.329,21**
Subvenções	843.310,36	848.353,24
Doações de pessoas físicas	68.681,89	19.913,73
Doações de pessoas jurídicas	271.151,42	121.217,38
Alugueis	10.315,80	28.386,40
Outras receitas	51.586,43	69.991,17
Trabalho Voluntário	4.439,79	
Financiamentos de Projetos	81.017,19	105.262,95
Imunidade Usufruída	**214.590,92**	**200.204,34**
Imunidade usufruída	214.590,92	200.204,34
Receita Líquida de Serviços Tipificados	**1.545.093,80**	**1.393.329,21**
Custo do Serviço Tipificado	**(2.504.661,11)**	**(2.421.676,98)**
Pessoal da área de Assistência Social	(1.394.000,83)	(1.269.914,34)
Encargos sociais trabalhistas	(135.025,44)	(110.599,92)
Tributarias (impostos e taxas)	(778,06)	(241,02)
Outros custos administrativos	(755.826,07)	(840.717,36)
Trabalho Voluntário	(4.439,79)	
Imunidade usufruída	(214.590,92)	(200.204,34)
RESULTADO SERVIÇOS TIPIFICADOS	**(959.567,31)**	**(1.028.347,77)**
Outras Receitas de Serviços não Tipificados	**2.107.966,82**	**1.591.576,07**
Doações pessoas físicas	6.385,60	5.470,00
Doações pessoas jurídicas	87.226,13	583.785,61
Imunidade usufruída	314.320,58	330.566,87
Outras receitas	1.693.383,37	671.753,59
Trabalho Voluntário	6.651,14	-
Despesas Serviços não Tipificados	**(3.529.880,63)**	**(3.728.124,11)**
Pessoal área administrativa	(2.216.655,04)	(2.197.458,07)
Encargos sociais e trabalhistas	(208.059,37)	(253.058,91)
Tributarias (impostos e taxas)	(8.709,37)	(3.934,60)
Administrativos	(775.485,13)	(943.105,66)
Trabalho Voluntário	(6.651,14)	-
Imunidade usufruída	(314.320,58)	(330.566,87)
RESULTADO FINANCEIRO	**2.093.204,95**	**2.416.627,86**
Receitas Financeiras	2.198.349,05	**2.666.940,22**
Despesas Financeiras	(105.144,10)	(250.312,36)
SUPERÁVIT/DÉFICIT DO EXERCÍCIO	**(2.421.206,73)**	**(729.884,92)**

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2019 e 2018

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	2019	2018
Déficit do Exercício	(2.421.206,73)	(729.884,92)
Ajustes por:		
Depreciações e Amortizações	-	1.001.371,82
(Aumento) Diminuição em Ativos Operacionais:		
Créditos a Receber	36.738,05	(110.060,17)
Adiantamento a Funcionários	(1.403,17)	21.754,69
Realizável da Longo Prazo	-	-
Estoques	(540.906,95)	(391.984,41)
ICMS a Recuperar	(13.381,52)	4.041,99
Aumento (Diminuição) em Passivos Operacionais:		
Fornecedores	20.323,80	(27.544,57)
Obrigações Trabalhistas	(19.249,57)	7.437,64
Obrigações Previdenciárias	103.928,43	(18.626,89)
Obrigações Tributárias	(6.878,14)	3.072,80
Contribuições Sindicais	4,38	(3.086,17)
Contingências Fiscais e Trabalhistas	(2.570,00)	(306.180,21)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	**(2.844.601,42)**	**(549.688,40)**
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos		
Aquisição do Imobilizado	(1.365.273,78)	(181.149,80)
Aquisição do Intangível	(299,00)	-
Caixa líquido usado nas atividades de investimentos	**(1.365.572,78)**	**(181.149,80)**
Redução de caixa e equivalentes de caixa	**(4.210.174,20)**	**(730.838,20)**
Caixa e equivalentes de caixa no inicio do período	32.038.207,55	32.769.045,75
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	27.828.033,35	32.038.207,55
	(4.210.174,20)	**(730.838,20)**

Nota 18 - Subvenção: Quadro I - As Subvenções Municipais para as Unidades de Assistência Social referentes ao ano de 2019, somaram R$ 843.310,36.

Concedente	Proponente	Aplicação dos recursos	Responsabilidades	Número de atendimentos
Prefeitura da Estância Turística de Itu/SP	Centro Promocional Madre Teodora	R$ 50.762,60	Ofertar o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes de 6 a 11 anos de idade	Número de atendidos: 282 crianças
Prefeitura Municipal de Jaú/SP	Centro Promocional São José	R$ 792.547,76	Ofertar o Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes com idade de 6 a 15 anos de idade	Subvencionado: 300 crianças e adolescentes Número de atendidos: 355 crianças e adolescentes

Quadro II - As Subvenções Municipais para parceria para custeio das Atividades Educativas no Contraturno Escolar referente ao ano de 2019, que somaram R$ 484.803,90

Subvenção Verba de Custeio

Concedente	Proponente	Aplicação dos recursos	Responsabilidades	Termo de colaboração	Número de atendimentos
Prefeitura Municipal de Franca/ Secretaria Municipal de Educação	Associação SIPEB/ Centro Promocional Nossa Sra. de Lourdes	R$ 484.803,90	Utilização de verba para manutenção de atividades educativas no contraturno escolar, atendendo alunos matriculados em escolas públicas do município de Franca/SP	Assinatura em 01/01/2019 Término em 31/12/2019	Subvencionado: 170 crianças e adolescentes Número de atendidos: 244 crianças e adolescentes

Nota 19- Atendimento com recursos próprios na área de Assistência Social, referentes ao ano de 2019, somaram R$ 1.545.308,47

Programa ,Serviço e Projeto com recursos próprios	Unidades	Recursos Próprios para complementação dos atendimentos	Número de atendimentos
Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças e adolescentes	Centro Promocional São José	R$ 404.569,75	355 atendidos
	Centro Promocional Madre Teodora	R$ 755.851,67	282 atendidos
	Centro de Educação São José	R$ 384.887,05	612 atendidos
	Totais	R$1.545.308,47	1.249 atendidos

Nota 20- Atendimento com recursos próprios em Outras Atividades Sociais não tipificadas referentes ao ano de 2019 e o termo de parceria, somaram R$ 92.618,38

Quadro I

Serviço,projeto e atividades sociais desenvolvidos com recursos próprios	Unidade	Recursos próprios para complementação dos atendimentos	Número de atendimentos
Atividades educativas no contraturno escolar	Centro Promocional Nossa Sra.de Lourdes	R$46.873,31	244 atendidos

Termo de Parceria Associação SIPEB/SPES

Quadro II

Repasse financeiro à outra entidade beneficente	Serviço Promocional e Social da Paróquia de Santa Cecília (SPES)	R$ 45.745,07	4.658 atendidos
R$ 92.618,38	4.902 atendidos	R$ 92.618,38	4.902 atendidos

Nota 21 - Os recursos da entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais, em conformidade do seu Estatuto Social. **Nota 22 -** A isenção da quota patronal de Previdência Social usufruída pela entidade foi no valor de R$ 2.062.612,25 para o exercício de 2019 e R$ 2.036.976,32 em 2018. **Nota 23 -** Contingências Fiscais e Trabalhistas: As contingências passivas no montante de R$ 263.665,22 são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quanto os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são reconhecidas contabilmente, devendo ser apenas divulgados nas notas explicativas, conforme critérios definidos na Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 25 (R1) do Conselho Federal de Contabilidade. **Nota 24 -** O Patrimônio Líquido compreende o Patrimônio Social, acrescido dos Superávits ou diminuído dos Déficits, ajustes e doações ocorridos anualmente. **Nota 25 -** A entidade mantém seguro patrimonial para cobrir sinistros dos seus bens patrimoniais em montantes julgados suficientes pela administração. **Nota 26 -** A Associação SIPEB por meio das unidades mantidas teve a colaboração de 32 (trinta e dois) voluntários, nos termos da Lei nº 9.608 de 1998, sendo o trabalho voluntário reconhecido com base nos valores de mercado que foi de R$ 11.090,93. O valor referido não teve o desembolso de caixa, foi mensurado e registrado na receita e na despesa, em atendimento à Resolução 1.409 de 2012. **Nota 27 -** IMUNIDADE TRIBUTÁRIA: Tendo em vista que a entidade não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais, mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao imposto de renda da pessoa jurídica, a contribuição social s/ lucro líquido - CSLL ao PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS e aos impostos municipais e estaduais de acordo com os dispositivos da constituição da REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL e do CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL - CTN. No tocante ao PIS a entidade recolhe 1% sobre a folha de pagamento conforme determinação legal. A ASSOCIAÇÃO SIPEB, possui certificado de ENTIDADE BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEBAS, concedido pelo MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO - MEC, conforme Portaria 16, de 21 de janeiro de 2019, publicada no DOU aos 24 de janeiro de 2019, para o período de 01 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018. Aguarda ainda o processo de renovação para o triênio de 2019 a 2021 de acordo com o protocolo 23000.038851/2018-68, de 29/11/2018.

Parecer do Conselho Fiscal

Ata da Reunião do Conselho Fiscal da Associação de Instrução Popular e Beneficência Realizada em 14.04.2020 - Sessão 78ª - Aos quatorze dias do mês de abril de dois mil e vinte, às quinze horas e trinta minutos, reuniu-se o Conselho Fiscal da Associação de Instrução Popular e Beneficência. Participaram da reunião as senhoras: Irene Miguel - Presidente do Conselho Fiscal, Marina de Melo Vasconcelos e Edna Carvalho. Também participaram o Sr. Juarez Medeiros Ferreira, contador da Associação Sipeb, sua assistente Sra. Alessandra Pereira da Silva e a Sra. Andrea Soares Paes e Menezes - Auditora, para análise e emissão do parecer do Balanço Patrimonial do exercício de 2019. Em decorrência da grande pandemia de Corona Vírus, Covid 19, a reunião foi realizada via Videoconferência, tendo início com algumas considerações do contador, acerca do Balanço Patrimonial do exercício de 2019. A Sra. Auditora salientou a relevância de se colocar nas Notas Explicativas a questão do trabalho voluntário: horas trabalhadas, função e valores. Salientou também a importância de se realizar a conferência mensal ou trimestral dos estoques para que no final do exercício o resultado seja mais real. Em relação ao Imobilizado a Auditora constatou que a depreciação dos bens patrimoniais está incorreta. O déficit da Instituição continua elevado. Outro aspecto a ressaltar é que a quota patronal de 20% da receita líquida, destinada a filantropia chegou a 67,23%, sendo portanto 47,23% a mais do que a lei exige. Conforme o Sr. Contador o resultado contábil apresenta uma situação saudável para a Instituição. Após a apresentação e apreciação das informações fornecidas pelo Contador Sr. Juarez Medeiros Ferreira e da Auditora Sra. Andrea Soares Paes e Menezes o Conselho Fiscal declara aprovado o Balanço Patrimonial de 2019. Nada mais havendo a tratar encerrou-se a reunião da qual foi lavrada a presente Ata que vai assinada pelos membros do Conselho Fiscal.

São Paulo, 14 de abril de 2020

Irene Miguel — **Marina de Melo Vasconcelos** — **Edna Carvalho**

Maria Inês Coelho Rosa
Diretora Presidente
CPF 863.566.408-63

Maria Conçuela Andrade Mota
Diretora Tesoureira
CPF 894.071.648-53

JMF Consultoria Contábil Ltda
CRC: 2SP 021283/07
Juarez Medeiros Ferreira
CRC: 1SP 173.277/0-2

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos diretores da **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** - São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da **ASSOCIAÇÃO DE INSTRUÇÃO POPULAR E BENEFICÊNCIA - SIPEB**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Parágrafo de ênfase:** A **Associação de Instrução Popular e Beneficência - SIPEB** apresentou déficit no exercício de R$ 2.421.206,73 (dois milhões, quatrocentos e vinte e um mil, duzentos e seis reais e setenta e três centavos). A Entidade vem apresentando déficits sucessivos nos últimos exercícios, sendo necessária medidas operacionais para continuidade da viabilidade financeira da Associação. A opinião do auditor não se modifica no que diz respeito ao assunto enfatizado. **Outros assuntos: Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor:** A Administração da Associação é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem lucrativos com registro no CNAS (Conselho Nacional de Assistência Social) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo - SP, 14 de abril de 2020

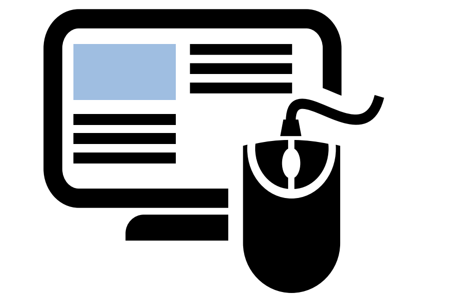
Jose Benedito Paes de Menezes - Contador - CRC-1SP-058194/O-0
Paes de Menezes Auditores Associados S/S - CRC - 2SP023510/O-6

Em época de desinformação

INFORMAÇÃO É TUDO

gazetasp.com.br

Informe-se através do jornalismo profissional, independente e com credibilidade.



A nossa missão é escrever a verdade e trazer luz para o que está no escuro.

Publique em jornal de grande circulação.

Ligue já:
11. 3729-6600

DocuSigned by:
Jornal Gazeta SP Ltda. - EPP
Assinado por: JORNAL GAZETA SP LTDA:04735364000170
CPF: 00348254873
Data/Hora da Assinatura: 29/04/2020 | 19:00:06 PDT
ICP Brasil
5146939EFE414F8FAB3A7733135E2CCF

PÁGINA CERTIFICADA. O JORNAL GAZETA SP LTDA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.gazetasp.com.br